



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

**Processo n.º: 201711079-00**

**Assunto:** Consulta

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Rio Maria

**Interessado:** Francisco Paulo Barros Dias

**Instrução:** Diretoria Jurídica

**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia

**Exercício:** 2017

Tribunal de Contas dos Municípios  
Ato publicado nº D.O.E nº 435,  
de 13.11.18, pg. 2  
\_\_\_\_\_  
Responsável

**EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA. EXERCÍCIO 2017. ADMISSIBILIDADE. LEGALIDADE DE CONTRATAÇÃO, VIA PROCESSO LICITATÓRIO OU CONCESSÃO DE APOIO CULTURAL ÀS FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES, SEM FINS LUCRATIVOS, QUE EXPLOREM SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE APOIO CULTURAL ÀS FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS SEM FINS LUCRATIVOS QUE EXPLORAM O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MUNICIPAL, DESDE QUE, ESTEJAM DEVIDAMENTE INSTITUÍDAS CONFORME LEI Nº 9.612/98. FORMALIZAÇÃO POR MEIO DE CONVÊNIO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DE ACORDO COM AS REGRAS DISPOSTAS NOS ARTIGOS 16 E 17, DA LEI N.º 4.320/64. OBSERVÂNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DAS DISPOSIÇÕES CONSIGNADAS JUNTO À LEI FEDERAL N.º 13.019/2014. IMPOSSIBILIDADE DE CONCORRÊNCIA EM PROCESSOS LICITATÓRIOS COM RÁDIOS COMERCIAIS.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 39/56**, que passam a integrar esta decisão.

*Handwritten signature*



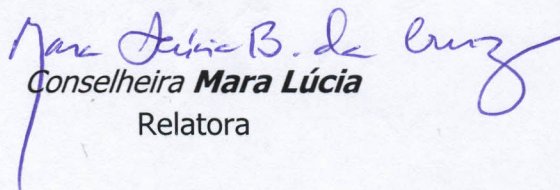


ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **30 de outubro de 2018.**

  
Conselheiro **Daniel Lavareda**  
Presidente

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora

**Presentes:** Conselheiros Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; Sérgio Leão; Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira e Procuradora Elisabeth Massoud Salame da Silva.





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

**Processo n.º: 201711079-00**

**Assunto:** Consulta

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Rio Maria

**Interessado:** Francisco Paulo Barros Dias

**Instrução:** Diretoria Jurídica

**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia

**Exercício:** 2017

MARA LUCIA  
BARBALHO  
DA  
CRUZ:23736  
879253

Assinado de forma digital por  
MARA LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID,  
ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA  
LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 14:50:11  
-03'00'

**RELATÓRIO**

**FRANCISCO PAULO BARROS DIAS**, Prefeito Municipal de Rio Maria, exercício de 2017, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01/03), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, onde expôs situação fática, em tese, consignando, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, relativa a licitude de contratação, via processo licitatório ou concessão de apoio cultural às fundações e associações, sem fins lucrativos, que explorem serviços de radiodifusão comunitária, ao que apresenta quesitos, os quais transcrevo:

*1. Possibilidade da Prefeitura conceder apoio cultural às fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos que explorem o serviço de radiodifusão comunitária no Município, desde que legalmente instituídas na forma da Lei nº 9.612/1998, através de subvenção social ou por meio de contratação direta ou, ainda, através de processo licitatório, para o fim de prestar serviços voltados à informação da sociedade sobre a instituição e execução de programas, serviços e campanhas da Administração que tenham caráter educativo e de orientação social.*

*2. Em face da eventual impossibilidade de se aplicar as rádios comunitárias os arts. 16 e 17 da Lei nº 4.320/64, podem elas, concorrendo com rádios comerciais, contratar com o Poder Público para o fim de prestar serviços de publicidade de programas institucionais da Administração Pública, sob a forma de patrocínio por meio de recursos públicos,*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

*com base nos ditames da Lei nº 8.666/93. E caso o valor da contratação se enquadre nos moldes do art. 24, inciso II da referida Lei, ou por limitações de mercado, se pode ocorrer a contratação direta da rádio comunitária.*

Os autos foram recebidos em Gabinete, onde procedi com o exame de admissibilidade da vertente consulta, dada sua adequação, aos termos do **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016 c/c art. 298, I a IV, do RITCM-PA**, após o que, determinei que o processo fosse submetido à apreciação da Diretoria Jurídica, desta Corte de Contas (fl. 19), para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes deste **TCM-PA**, que atendessem à solicitação em questão, no que foi elaborado o **Parecer n.º 591/2017-DIRETORIA JURÍDICA/TCMPA** (fls. 20-37), que torno parte integrante do presente relatório, nos seguintes termos:

***EMENTA: CONSULTA. APOIO CULTURAL ÀS RÁDIOS COMUNITÁRIAS. SUBVENÇÃO SOCIAL. POSSIBILIDADE. PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO OU CONTRATAÇÃO DIRETA. DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES INSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.***

***1. É lícito o ente público municipal conceder apoio cultural às rádios comunitárias, fundações ou associações de direito privado, sem fins lucrativos, por meio de subvenções sociais.***

***2. O apoio cultural deve ser formalizado por meio de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, obedecendo o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei 4.320/64.***

***3. Para estabelecimento de parceria, entre a Administração Pública e as "rádios comunitárias", deverão ser observados os requisitos e disciplinas consignadas junto à Lei Federal n.º 13.019/2014.***

***4. Impossibilidade das rádios comunitárias concorrerem com rádios comerciais a fim de contratar com o Poder Público para prestar serviços de publicidade institucional, uma vez que tal contratação desvirtuaria as finalidades e os princípios norteadores das rádios comunitárias.***

MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253

Assinado de forma digital por MARA LUCIA  
BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPE  
A3, ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA  
LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 14:51:13 -03'00'

*Tratam os presentes autos de consulta formulada pela **Prefeitura Municipal de Rio Maria**, subscrita pelo atual Prefeito, Sr. FRANCISCO*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

*PAULO BARROS DIAS, protocolada, neste TCM-PA, através do **Processo n.º 201711079-00**, o qual fora encaminhado para esta Diretoria Jurídica, em **31/10/2017**, objetivando a elaboração de prévia manifestação, conforme permissivo contido nos termos dos artigos 298 e seguintes, do RITCM-PA (Ato n.º 18/2017), conforme quesito constante na presente consulta às fls. 01/16, pelo que temos a pontuar e aduzir, nos seguintes termos:*

***a) Possibilidade da Prefeitura conceder apoio cultural às fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos que exploram o serviço de radiodifusão comunitária no Município, desde que legalmente instituídas na forma da Lei nº 9.612/1998, através de subvenção social ou por meio de contratação direta ou, ainda, através de processo licitatório, para o fim de prestar serviços voltados à informação da sociedade sobre a instituição e execução de programas, serviços e campanhas da Administração que tenham caráter educativo e de orientação social.***

*Em resposta ao primeiro quesito, cumpre-nos esclarecer da possibilidade de concessão de apoio cultural pela Administração Pública, por intermédio de subvenções sociais, às rádios comunitárias do Município, desde que estas estejam devidamente instituídas conforme a sua lei regulamentadora (Lei nº 9.612/98), bem como prestar informações de interesse público à coletividade, como a instituição e execução de programas, serviços e campanhas da Administração que tenham caráter educativo e de orientação social.*

*Para tal entendimento, destaca-se que as rádios comunitárias, foram instituídas e regulamentadas pela **Lei Federal n.º 9.612/98**, sendo consideradas fundações ou associações comunitárias com permissão para difundir e proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer às comunidades locais, a fim de democratizar a comunicação, por meio de emissoras de rádio.*

MARA  
LUCIA  
BARBALHO  
DA  
CRUZ:237  
36879253

Assinado de forma  
digital por MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil  
- RFB, ou=RFB e-CPF A3,  
ou=VALID, ou=AR  
CERTIFICAR, cn=MARA  
LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07  
14:57:27 -03'00'





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.344

*Neste sentido, o art. 1º da referida lei dispõe acerca da definição da rádio comunitária, como um serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, de baixa potência e cobertura restrita, a qual deve ser explorada por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos e localizadas na sede, onde será realizada a transmissão do sinal, como pode ser observado:*

**Art. 1º.** *Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.*

**§1º.** *Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.*

**§2º.** *Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.*

*Destarte, os serviços de radiodifusão comunitária possuem como finalidade o atendimento à comunidade beneficiada na divulgação de ideias e manifestações culturais, tradições e hábitos sociais que lhes são próprias, a fim de possibilitar a integração da comunidade e a prestação de serviços de utilidade pública, além de atualizar a população do local atendido sobre as últimas informações das necessidades e problemas locais, conforme está disposto no **art. 3º, da Lei Federal n.º 9.612/98**<sup>1</sup>.*

<sup>1</sup> **Art. 3º.** O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

**I** - dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

**II** - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

**III** - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

**IV** - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

**V** - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

MARA  
LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:237  
36879253

Assinado de forma  
digital por MARA  
LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-  
Brasil, ou=Secretaria  
da Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A3, ou=VALID,  
ou=AR CERTIFICAR,  
cn=MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07  
15:00:35 -03'00'





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

*Ressalta-se ainda que, conforme o art. 7º<sup>2</sup>, da lei supracitada, as fundações e associações devem ter registrado, em seus estatutos sociais, o objetivo de prestação de serviço de radiodifusão comunitária sem fins lucrativos, para que possam obter a outorga de operação para a execução do referido serviço, no que se compreender que as rádios em análise, devem ser legalmente instituídas e devidamente registradas, para fornecer o serviço radiofônico comunitário.*

*Nesse contexto, diante da realidade do Estado do Pará, verifica-se a importância das rádios comunitárias para os pequenos municípios e comunidades afastadas que muitas vezes não possuem sequer uma única rádio comercial, com alcance de sinal, em sua localidade, ratificando, portanto, a grande relevância do papel das rádios comunitárias, na comunicação e integração das comunidades, dada sua finalidade primeira, no fornecimento de informações de utilidade pública, as quais são direcionadas às necessidades locais.*

MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253

Assinado de forma digital por MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:00:49 -03'00'

*Lado outro, importa-nos lembrar que a Administração Pública possui como um de seus princípios norteadores, o da Publicidade, conforme expressa previsão consignada junto ao caput, do art. 37, da Constituição Federal. Tal princípio parte da premissa de vedação à edição de atos secretos pelo Poder Público, visto que a Administração deve atuar de forma transparente e plena, tendo o cidadão o acesso aos atos de gestão e a utilização dos recursos públicos oriundos da arrecadação de tributos, exercendo, assim, o preconizado controle social.*

*Seguindo com a análise do Princípio da Publicidade, elucida Matheus Carvalho<sup>3</sup>:*

***"Com efeito, pode-se estipular que a principal finalidade do princípio da publicidade é o conhecimento público acerca das***

<sup>2</sup> **Art. 7º.** São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

<sup>3</sup> CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo, 3ª Edição. Salvador, 2016. Editora JusPodvdm.





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.344

***atividades praticadas no exercício da função administrativa. Em um estado democrático de Direito, não se pode admitir que assuntos da Administração, que são do interesse de todos, sejam ocultados. A publicidade tem grande abrangência, não só pela divulgação oficial, mas também para conhecimento e fiscalização interna de seus agentes".***

Neste sentido, extrai-se do texto supracitado que a Administração Pública tem a obrigação constitucional de dar publicidade aos seus atos, na medida em que tem o dever de garantir o acesso à informação e dar conhecimento aos administrados sobre a sua atuação, permitindo a transparência de seus atos. Sendo assim, em observância ao princípio da Publicidade, é de suma importância a divulgação dos atos da Administração Pública e de suas atividades institucionais.

MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253

Assinado de forma digital por MARA LUCIA  
BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A3, ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR,  
cn=MARA LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:01:04 -03'00'

O serviço das rádios comunitárias, portanto, destaca-se por abarcar a prestação de serviços à informação da sociedade sobre a instituição e execução de programas, serviços e campanhas da Administração, as quais tenham caráter educativo e de orientação social, de acordo com a sua finalidade de utilidade pública, bem como em consonância ao Princípio da Publicidade.

Ressalta-se que, a rádio comunitária é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, a qual depende de incentivos culturais que recebe para arcar com seus custos de manutenção. Neste sentido, a **Lei Federal n.º 9.612/98** prevê em seu art. 18, que as prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária: **"poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida"**.

Sendo assim, as rádios comunitárias podem receber incentivos culturais dos estabelecimentos situados em sua área de atuação, bem como do Poder Público, em razão da divulgação de serviços e informações dos seus atos institucionais. Sendo assim, significa dizer que as referidas





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

*rádios podem auferir recursos financeiros pelos seus serviços prestados, desde que estes sejam revertidos, exclusivamente, para a sua própria manutenção, sendo vedado que essas instituições, por conseguinte, distribuam lucros entre seus associados.*

*No tocante aos repasses do Poder Público às rádios comunitárias em virtude dos serviços de informação à comunidade sobre a instituição e execução de programas e campanhas da Administração, a qual é objeto da presente consulta, é legítima a concessão de subvenções sociais por parte dos entes públicos, senão vejamos:*

*O art. 12, §3º, inciso I, e art. 16 da Lei nº 4.320/64, prevê as subvenções sociais, como transferências destinadas à cobrir despesas de custeio das entidades sem fins lucrativos que possuem caráter assistencial ou cultural, verbis:*

MARA  
LUCIA  
BARBALH  
ODA  
CRUZ:237  
36879253

Assinado de forma digital por MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:01:18 -03'00'

**Art. 12.** A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:  
(...)

**§3º.** Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

**I -** subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

**Art. 16.** Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.

*Dessa forma, evidencia-se que é possível a concessão de subvenções sociais quando houver necessidade de complementar os recursos de origem privada de entidades sem fins lucrativos que atuam em atividades de caráter assistencial ou cultural, a fim de manter a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

*Seguindo o mesmo entendimento, decidiu o TCE do Mato Grosso, em decisão recente, no teor da **Resolução de Consulta n.º 23/2017**<sup>4</sup>, conforme ementa:*

**Resumo: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA. REEXAME DA TESE PREJULGADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 36/2009. RÁDIO COMUNITÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APOIO CULTURAL. SUBVENÇÕES SOCIAIS. ENTE PÚBLICO MUNICIPAL. POSSIBILIDADE.**

**1) É lícito ao ente público municipal conceder apoio cultural, na forma de subvenção social, às fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, que exploram o Serviço de Radiodifusão Comunitária, desde que legalmente instituídas na forma da Lei 9.612/98.**

**2) A subvenção social deverá atender as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, com previsão no orçamento público, ou em seus créditos adicionais.**

**3) O apoio cultural deverá ser formalizado por meio de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, obedecendo as regras dispostas no parágrafo único do artigo 16 e no artigo 17, ambos da Lei 4.320/64, com a correta especificação do objeto a ser executado, elaboração de plano de trabalho estabelecendo as condições mínimas de execução, e com valor, sempre que possível, calculado com base em unidade de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição, e sobretudo, justificado.**

**4) Caso exista na localidade mais de uma rádio comunitária, o Poder Público deverá fazer o credenciamento de todas que satisfaçam as condições fixadas em lei, garantindo igualdade de condições às interessadas.**

**5) A rádio comunitária não pode ser considerada como órgão de imprensa oficial a dar validade aos atos da administração.**

**6) Deverá a entidade recebedora prestar contas dos recursos recebidos ao órgão concedente, que manterá os documentos arquivados e disponíveis para eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.**

MARA  
LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:237  
36879253

Assinado de forma  
digital por MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A3,  
ou=VALID, ou=AR  
CERTIFICAR, cn=MARA  
LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07  
15:01:34 -03'00'

<sup>4</sup> Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT). Consulta nº 23/2017. Gabinete do Conselheiro VALTER ALBANO.





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

*Diante do exposto, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, conclui-se que, as rádios comunitárias, por serem fundações ou associações sem fins lucrativos, desde que instituídas e registradas, bem como sediadas na área da comunidade a ser atendida, conforme as exigências da Lei nº 9.612/98, poderão receber recursos do Poder Público como apoio cultural, por meio de subvenções sociais.*

*Ademais, importa dizer que, o apoio cultural concedido à rádio comunitária, deve ser formalizado por meio de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere. A rádio comunitária tem o dever de prestar contas dos recursos recebidos à Administração Pública (poder concedente), visto que os documentos de formalização do apoio cultural devem ser enviados à fiscalização deste Tribunal de Contas dos Municípios do Pará.*

*Deve-se atentar que a validade do ajuste a ser firmado, depende da observância das regras dispostas nos **arts. 16 e 17, da Lei n.º 4.320/64**, com a correta especificação do objeto a ser executado, elaboração de plano de trabalho e com valor calculado com base nos serviços efetivamente prestados.*

*Ainda, é importante dizer que, caso na localidade exista mais de uma rádio comunitária, o procedimento adequado para a celebração do ajuste é o credenciamento, uma vez que este oportuniza todas as rádios comunitárias que tiverem interesse e que cumpram os requisitos do **art. 7º, da Lei Federal n.º 9.612/98** a participarem, em respeito ao Princípio da Isonomia.*

*Em suma, conclui-se que é possível a concessão de apoio cultural às rádios comunitárias, por meio de subvenções sociais concedidas pelo Poder Público, desde que estas cumpram às exigências da Lei nº 9.612/98 e que a referida concessão tenha como escopo a melhoria da qualidade de vida do cidadão, com a divulgação institucional de serviços voltados à*

MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253

Assinado de forma digital por MARA  
LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A3, ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR,  
cn=MARA LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:01:46 -03'00'





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

*informação da sociedade no que diz respeito à saúde, educação, cultura e lazer, além de informações sobre programas, serviços e campanhas da Administração que tenham caráter educativo e de orientação social.*

*Traçadas tais linhas, quando a viabilidade de concessão de apoio cultural, entre o Poder Público e as nomeadas "rádios comunitárias", é importante, com o escopo de encaminhar melhor e mais ampla orientação ao jurisdicionado, ora consulente, destacar, ainda que em breves linhas, as inovações trazidas pela **Lei Federal n.º 13.019/2014**<sup>5</sup>, ordinariamente conhecida como "Marco Regulatório do Terceiro Setor".*

MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253

Assinado de forma digital por MARA LUCIA  
BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A3, ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR,  
cn=MARA LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:02:00 -03'00'

*A Lei Federal em questão estabeleceu um novo regime jurídico, voltado a fixação mais claras das regras que permeiam as diversas formas de parceria entre o Poder Público e as entidades privadas sem fins lucrativos, entre outras disposições, a qual, note-se, passou a vigorar para a Administração Pública Municipal, a partir de janeiro de 2017.*

*Em apertada síntese e buscando a melhor compreensão dos jurisdicionados deste TCM-PA, o Marco Regulatório do Terceiro Setor vem alterar toda a sistemática de parcerias, com tais entidades, as quais antes usualmente estabelecidas sob a forma de "convênios".*

*Consigna-se, desta forma, alguns dispositivos da referida norma legal, para que se possa assentar o enquadramento das rádios comunitárias, aos termos do aludido regulamento legal, in verbis:*

**Art. 1º. Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em**

<sup>5</sup>"Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999".





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

*planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.*

**Art. 2º.** Para os fins desta Lei, considera-se:

**I - organização da sociedade civil:**

**a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;**

MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253

Assinado de forma digital  
por MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A3,  
ou=VALID, ou=AR  
CERTIFICAR, cn=MARA  
LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07  
15:02:14 -03'00'

O cotejamento das disposições contidas na **Lei Federal n.º 9.612/98**, em especial seu **art. 1º**, já transcrito, de onde se extrai que as mesmas devem encerrar, para assim serem enquadradas, como **"fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos"**, as quais decerto voltadas para ações de interesse público comunitário, o que encontra, ao nosso sentir, abrigo no sentido/definição de **"organização social, sem fins lucrativos"**, prevista no **art. 1º, inciso I, alínea "a", da Lei Federal n.º 13.019/2014**.

Diante do exposto, entendemos que, para estabelecimento do apoio cultural, por intermédio de parceria entre os envolvidos, é fundamental que observe, o Poder Público Municipal, as disposições consignadas no referido diploma legal, o qual traça detalhado regulamento, para estabelecimento dos instrumentos de legais, preteritamente conhecidos como convênio, agora designados como Termo de Parceria, Termo de Fomento e





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.344

*Cooperação, definidos nos termos dos incisos VII, VIII e VIII-A<sup>6</sup>, do art. 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014.*

***b) Em face da eventual impossibilidade de se aplicar as rádios comunitárias os arts. 16 e 17 da Lei nº 4.320/64, podem elas, concorrendo com rádios comerciais, contratar com o Poder Público para o fim de prestar serviços de publicidade de programas institucionais da Administração Pública, sob a forma de patrocínio por meio de recursos públicos, com base nos ditames da Lei nº 8.666/93. E caso o valor da contratação se enquadre nos moldes do art. 24, inciso II da referida Lei, ou por limitações de mercado, se pode ocorrer a contratação direta da rádio comunitária.***

*Em resposta ao segundo quesito, cumpre-nos esclarecer a impossibilidade das rádios comunitárias de concorrer em processos licitatórios com rádios comerciais, para o fim de prestar serviços de publicidade de programas institucionais da Administração Pública, tendo em vista a natureza comunitária, sem fins lucrativos, políticos, comerciais das Rádios Comunitárias, bem como em decorrência das exigências da Lei nº 9.612/98. Senão vejamos:*

*Preliminarmente, o art. 11<sup>7</sup> da Lei nº 9.612/98, veda a executora dos serviços de radiodifusão comunitária estabelecer ou manter*

<sup>6</sup> **VII - termo de colaboração:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;

**VIII - termo de fomento:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

**VIII-A - acordo de cooperação:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

<sup>7</sup> **Art. 11.** A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

MARA  
LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:237  
36879253

Assinado de forma  
digital por MARA  
LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da  
Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A3, ou=VALID,  
ou=AR CERTIFICAR,  
cn=MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07  
15:02:28 -03'00'





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.344

*vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias ou comerciais. Sendo assim, nota-se que não seria permitida a gerência da rádio comunitária por parte do Poder Público, uma vez que conforme previsto em lei, não é possível que essas rádios tenham relações político-partidárias, o que impossibilita que a Prefeitura Municipal estabeleça relação de prestação de serviços com a mesma.*

MARA  
LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:237  
36879253

Assinado de forma digital por MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR, cn=MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:02:44 -03'00'

*No mesmo sentido, o **art. 19<sup>8</sup>** da referida lei, veda a cessão ou arrendamento da emissora do serviço de radiodifusão comunitária ou de horários de sua programação, o que implica dizer que não é permitido que a rádio comunitária firme contrato remunerado com qualquer entidade pública ou privada, exceto nos casos já respondidos no primeiro tópico, especificamente em parcerias em forma de apoio cultural por meio de subvenções sociais.*

*Dessa forma, diversos Tribunais de Contas Estaduais seguem tal entendimento. Conforme o TCE-RJ, no julgamento da consulta formulada no **Processo nº 210.055-8/11**, a contratação da rádio comunitária para transmissão radiofônica das sessões ordinárias pode ser interpretado como arrendamento de horário de programação da emissora, o que encontra vedação no art. 19 da referida Lei. Sendo assim, para o TCE-RJ<sup>9</sup>:*

**"A rádio comunitária é um tipo especial de emissora de rádio FM de alcance limitado à região local, exploradas por fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, o que não se coaduna com o propósito de pagamento por serviços prestados pela transmissão radiofônica das sessões ordinárias.**

**(...)**

**Na verdade, salvo melhor juízo, a contratação da rádio comunitária para transmissão radiofônica das sessões ordinárias pode ser interpretado como arrendamento de**

<sup>8</sup> **Art. 19.** É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

<sup>9</sup> BRASIL. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro TCE-RJ. Consulta nº 210.055-8/11. Gabinete do Conselheiro JOSÉ GOMES GRACIOSA.





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

**horário de programação da emissora, o que encontra vedação no art. 19, da Lei nº 9.612/98:**

**(...)**

**a) Há possibilidade de transmissão das sessões legislativas da Câmara dos Vereadores por rádios comunitárias, desde que gratuitamente e por interesse exclusivo das mesmas, quando se tratarem de sessões abertas ao público;**

**b) Impossibilidade de qualquer forma de retribuição pecuniária por parte do Legislativo à radio comunitária;**

**(TCE-RJ. Consulta Nº 210.055-8/11. Gabinete do Conselheiro José Gomes Graciosa)**

De igual maneira, a **Consulta nº 805.891**, formulada ao **TCE-MG<sup>10</sup>**, que decidiu pela impossibilidade da contratação de serviços de radiodifusão comunitária:

**EMENTA: CONSULTA – CÂMARA MUNICIPAL – CONTRATAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA – VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL – SERVIÇOS REMUNERADOS – IMPOSSIBILIDADE – DIRETRIZES DOS ART. 1º E 18 DA LEI 9.612/98 – ATUAÇÃO RESTRITA DE RÁDIO COMUNITÁRIA – BENEFÍCIO NA FORMA DE APOIO CULTURAL – PRECEDENTES.**

MARA LUCIA  
BARBALHO  
D  
CRUZ:23736  
879253

Assinado de forma digital  
por MARA LUCIA BARBALHO  
DA CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A3,  
ou=VALID, ou=AR  
CERTIFICAR, cn=MARA  
LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:03:00  
-03'00'

**1) É ilegal a contratação de rádio comunitária para divulgação de propaganda institucional da Administração Pública.**

**2) Precedentes: Consulta n. 651757 (05/12/01), de Relatoria do Conselheiro Moura e Castro; Decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no Processo 1.0193.05.013186-4/001, da 8ª Câmara Cível, de Relatoria do Desembargador Edgar Penna Amorim, Diário do Judiciário de 13/04/2007.**

Extraímos dos termos da análise assentada pelo Ministério Público Estadual do Paraná, em detalhado estudo sobre o tema **(CONSULTA 40/2014-CAO / INQUÉRITO CIVIL MPPR 0083.12.000165-2)<sup>11</sup>**, ampla coleção jurisprudencial, notadamente emanada pelos Tribunais de Contas, dentro os quais, o posicionamento do Tribunal de Contas do

<sup>10</sup> Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). Consulta nº: 805.981. Relator Conselheiro ELMO BRAZ.

<sup>11</sup> [www.patrimoniopublico.mppr.mp.br/.../Consulta201440MangueirinhaRadioComunit...](http://www.patrimoniopublico.mppr.mp.br/.../Consulta201440MangueirinhaRadioComunit...)





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 14.344

*Estado de São Paulo<sup>12</sup>, do Rio Grande do Sul<sup>13</sup> e de Rondônia<sup>14</sup>, para além da posição do TCE-SE, tal como se transcreve:*

*O Tribunal de Contas do Estado do Sergipe também entende pela impossibilidade de contratação onerosa de Rádio Comunitária: 'Conforme seu voto - seguido por unanimidade pelo colegiado - fica vedada a contratação onerosa de rádios comunitárias nos moldes efetivados pelo poder público junto às rádios comerciais, sendo possível o fomento da atividade das rádios comunitárias na via do patrocínio cultural, que deve ser devidamente formalizado por meio de Convênio, observando-se todas as cautelas da legislação aplicável. O convênio deve observar os cânones da Lei 8666/1993 (Lei de Licitações) e os princípios constitucionais, notadamente os princípios da igualdade e da impessoalidade. Para concretização dessas normas, algumas formas possíveis são a utilização dos institutos do concurso de projetos, do chamamento público e do credenciamento' (TCE/SE. **TCE estabelece requisitos para o poder público contratar rádios comunitárias.** Disponível em: <http://www.tce.se.gov.br/sitev2/conteudo.ler.php?id=5841>, acesso em 22.05.2014).*

*Sobre tal entendimento, conclui o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público, do MPE-PR que "(...)as Rádios Comunitárias não podem participar de procedimento licitatório, uma vez que são impedidas de firmarem contratos para a prestação de serviços para outros entes, tendo em vista as vedações dispostas nos artigos 11, 18 e 19 da Lei 9.612/1998, assim como pelo fato de no presente caso haver a inexistência das características que configuram a relação contratual, uma vez que inexistem prestações recíprocas e interesses contrapostos".*

*Sobre a sedimentada trilha construída, cabe-nos, igualmente, concluir pela impossibilidade do recebimento de verbas públicas por parte das rádios comunitárias como pagamento de serviços prestados, visto que tal recebimento desvirtuaria as finalidades e os princípios norteadores das rádios comunitárias, na medida em que conforme a lei, são impedidos os*

<sup>12</sup> TCE/SP - 003350/026/07, Contas Anuais, Cons. Rel. Robson Marinho, Segunda Câmara, sessão de 17/03/2009 e TCE/SP - 003537/026/07, Contas Anuais, Cons. Rel. Fulvio Julião Biazzi, Segunda Câmara, sessão de 15/09/2009.

<sup>13</sup> TCE/RS - Processo de Contas - Executivo nº 006499-02.00/08-2, Cons. Rel. Cezar Miola, Segunda Câmara, sessão de 04/03/2010.

<sup>14</sup> TCE/RO - Consulta nº 2037/2009, Cons. Rel. Francisco Carvalho da Silva, sessão de 30/07/2009.

MARA  
LUCIA  
BARBALHO  
D/  
CRUZ:2373  
6879253

Assinado de forma digital  
por MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A3,  
ou=VALID, ou=AR  
CERTIFICAR, cn=MARA  
LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:03:16  
-03'00'





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

*vínculos financeiros e comerciais que coloquem a rádio comunitária em uma posição de subordinação em relação à outra entidade.*

*Ademais, tais contratações pelo Poder Público Municipal podem ser interpretadas como arrendamento de horário de programação da emissora, o que é expressamente vedado em lei. Sendo assim, resta claro que as rádios comunitárias não podem participar de processos licitatórios com rádios comerciais, a fim de concorrer para prestar serviços de publicidade de programas, serviços e campanhas instituídos e executados pela Prefeitura Municipal.*

*Neste sentido, esta **DIJUR/TCM/PA** ratifica o posicionamento adotado pelos Tribunais de Contas e pelo órgão consultivo do MPE-PR, acima referenciados, no sentido de: **(I)** possibilidade do Poder Público Municipal conceder apoio cultural às rádios comunitárias do Município, desde que legalmente instituídas na forma da Lei nº 9.612/98, por meio de subvenções sociais; **(II)** as parcerias entre a Administração Pública e as "rádios comunitárias", observará a disciplina da Lei Federal n.º 13.019/2014 e **(III)** impossibilidade das rádios comunitárias do referido Município de concorrerem com rádios comerciais, para contratar com o Poder Público a fim de prestar serviços de publicidade de atividades institucionais da Prefeitura, bem como a impossibilidade de contratação direta pela Prefeitura dos mesmos serviços.*

Assim, considerando o atendimento das formalidades regimentais para seu processamento e a preliminar instrução, através da Diretoria Jurídica, deste TCM-PA, procedi com a apreciação da matéria, na forma do presente relatório e voto que submeto à consideração deste Colendo Plenário, o qual recebeu prévia distribuição aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros, com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema submetido.

**É o relatório.**

**MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:2373687  
9253**

Assinado de forma digital por  
MARA LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,  
ou=VALID, ou=AR CERTIFICAR,  
cn=MARA LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:03:44 -03'00'





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

**VOTO**

MARA LUCIA  
BARBALHO  
DA  
CRUZ:23736  
879253

55  
Assinado de forma digital por  
MARA LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB  
e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR  
CERTIFICAR, cn=MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07 15:04:09  
-03'00'

**PRELIMINARMENTE**, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016 c/c art. 298, do RITCM-PA**, visto que formulada por autoridade competente, em forma de tese, e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**.

**NO MÉRITO**, verificado o detalhamento e específico cotejamento da matéria com as previsões legais vigentes e demais precedentes doutrinários e jurisprudenciais, diligentemente consignados pela **Diretoria Jurídica** desta Corte, nos termos do **Parecer n.º 591/2017-DIJUR/TCM-PA** (fls. 20-37), o qual acompanho e adoto como resposta, em sua integralidade, tal como transcrito, que, agora sintetizo nos seguintes termos:

Quanto à possibilidade da Prefeitura conceder apoio cultural às fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos que exploram o serviço de radiodifusão comunitária no Município, entendo ser possível, desde que estas estejam devidamente instituídas conforme sua lei regulamentadora (Lei nº 9.612/98), bem como estejam prestando informações de interesse público à coletividade, como a instituição e execução de programas, serviços e campanhas da Administração que tenham caráter educativo e de orientação social.

Ademais, importa dizer que, o apoio cultural concedido à rádio comunitária, deve ser formalizado por meio de convênio ou instrumento congênere, em tudo observada a disciplina legal de regência, ao que importará no dever de prestar contas dos recursos recebidos à Administração Pública (poder concedente), visto que os documentos de formalização do apoio cultural devem ser enviados, seguidamente, à fiscalização deste Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, conforme disciplinado em ato próprio.

Deve-se atentar que a legalidade do ajuste a ser firmado, dependerá da observância das regras dispostas nos **artigos 16 e 17, da Lei n.º 4.320/64**, com a





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 14.344**

correta especificação do objeto a ser executado, elaboração de plano de trabalho e com valor calculado com base nos serviços efetivamente prestados, em prol da coletividade.

Acrescento, ainda, que para estabelecimento do apoio cultural, por intermédio de parceria entre os envolvidos, é fundamental o Poder Público Municipal observe as disposições consignadas junto à **Lei Federal n.º 13.019/2014**, a qual traça detalhado regulamento, para o estabelecimento dos instrumentos de legais, preteritamente conhecidos como convênio, agora designados como Termo de Parceria, Termo de Fomento e Cooperação, definidos nos termos dos **incisos VII, VIII e VIII-A, do art. 2º**, da aludida Lei.

Por fim, esclareço que as rádios comunitárias estão impossibilitadas de concorrer em processos licitatórios com rádios comerciais, para o fim de prestar serviços de publicidade de programas institucionais da Administração Pública, tendo em vista a natureza destas e, em especial, por serem concebidas **sem fins lucrativos, políticos e/ou comerciais**, em tudo observado e preservado quanto às exigências positivadas junto à **Lei Federal n.º 9.612/98**.

**Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **em 30 de outubro de 2018**.

*Conselheira* **Mara Lúcia**  
**Relatora**

MARA  
LUCIA  
BARBALHO  
DA  
CRUZ:2373  
6879253

Assinado de forma digital  
por MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A3,  
ou=VALID, ou=AR  
CERTIFICAR, cn=MARA  
LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2018.11.07  
15:04:39 -03'00'